


Conflitos agrários e Educação do Campo: luta social em foco

Maria Joiciane Batista Frotaⁱ 

Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

Marília dos Santos Vidalⁱⁱ 

Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

Maria Aires de Limaⁱⁱⁱ 

Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

1

Resumo

O presente artigo objetiva analisar a relação entre os conflitos agrários e a educação do campo tendo como recorte a luta social como umas das matrizes pedagógicas das escolas do campo do Ceará. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica buscando compreender a história dos conflitos e violências no campo brasileiro, além de analisar a luta social como uma das matrizes pedagógicas que fundamentam a concepção de educação desenvolvida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST. Este estudo se integra a uma pesquisa financiada pela FUNCAP/UECE que objetiva analisar os processos de formação de professores das escolas do campo do Ceará. Concluiu-se que a luta social orienta a educação do campo, por não ser possível compreender a realidade camponesa desvinculada de seu contexto de desenvolvimento e as lutas travadas para sua efetivação do direito a terra e educação.

Palavras-chave: Conflitos Agrários. Educação do Campo. Luta Social.

Agrarian conflicts and Rural Education: social struggle in focus

Abstract

This article aims to analyze the relationship between agrarian conflicts and rural education, focusing on social struggle as one of the pedagogical matrices of rural schools in Ceará. A bibliographical research was carried out seeking to understand the history of conflicts and violence in the Brazilian countryside, in addition to analyzing the social struggle as one of the pedagogical matrices that underlie the concept of education developed by the Landless Rural Workers Movement - MST. This study is part of a research funded by FUNCAP/UECE that aims to analyze the processes of teacher training in rural schools in Ceará. It was concluded that the social struggle guides rural education, as it is not possible to understand the peasant reality detached from its development context and the struggles fought for its realization of the right to land and education.

Keywords: Agrarian Conflicts. Field Education. Social Struggle.

1 Introdução

A concentração fundiária em território brasileiro remete ao início da colonização portuguesa e à constituição das capitanias hereditárias e das sesmarias. Um marco legal importante da questão agrária brasileira foi a promulgação da Lei de Terras em 1850, que agravou a concentração fundiária no país, pois ao converter a terra em mercadoria, tornou o acesso a esse meio de produção dependente do poder aquisitivo.

Os conflitos em territórios rurais remontam os tempos mais antigos da história, desde a colonização, no regime escravista, no surgimento das repúblicas, passando pela ditadura militar até a atualidade. Essa eclosão de violência no campo alimenta-se, sobretudo, da crise estrutural de hegemonia do capital, tendo como maior veículo o Estado e seus aparelhos repressivos, que se vinculam a uma violência social difusa, tanto na cidade como no campo, que se vinculam, por sua vez, a uma violência política.

Nesse sentido, o presente artigo objetiva analisar a relação entre conflitos agrários e Educação do Campo, buscando compreender como a pauta da luta pela terra tem se apresentado nos Projetos Políticos Pedagógicas das Escolas do Campo de Ensino de Médio do Ceará em áreas de assentamento da reforma agrária. Para tanto, este artigo foi dividido da seguinte maneira: uma apresentação da metodologia adotada para a realização da pesquisa; nos resultados e discussões, apresenta-se um pouco da historicidade dos conflitos e violência no campo brasileiro, trazendo ainda a luta social como a matriz pedagógica das Escolas do campo e, por fim, debate-se sobre a Educação do Campo no combate aos conflitos agrários através da luta social. Objetivamos, portanto, atravessar tais assuntos de forma clara e coesa para o melhor entendimento da situação que acomete os sujeitos do campo.

2 Metodologia

A pesquisa possui abordagem qualitativa, sendo compreendida como uma pesquisa bibliográfica e documental. Para tanto, realizou-se um levantamento dos principais conflitos no campo no Brasil, buscando relacionar com as experiências de construção da Educação do Campo. Por fim, para averiguar essa relação no

contexto escolar, analisou-se os Projetos Político-Pedagógicos das Escolas do Campo de Ensino Médio do Ceará em áreas de assentamento da reforma agrária, no intento de identificar como o contexto de desenvolvimento da luta do campo se materializa na concepção de educação da escola do campo. Verificou-se, que a matriz pedagógica da luta social busca resgatar essa história vivida dos sujeitos do campo, vinculando os processos formativos à realidade camponesa.

3

3 Resultados e Discussões

No Brasil, temos um campesinato essencialmente plural. Isto é, não podemos reduzi-lo a um único aspecto, pois ele se manifesta entre vários agentes. Entendemos aqui o campesinato como uma categoria social que se formou às margens do processo de desenvolvimento socioeconômico do país. Martins (1990) nos aponta que, ao inverso do campesinato russo, o brasileiro é um campesinato de classe, que apresenta um camponês desenraizado, migrante e itinerante. Segundo o autor, o campesinato brasileiro é fruto da ação do capital, um produto das contradições da expansão capitalista:

Nosso campesinato é constituído com a expansão capitalista, como produto das contradições dessa expansão. Por isso, todas as ações e lutas camponesas recebem, de imediato, reações de classe: agressões e violências, ou tentativa de aliciamento, de acomodação, de subordinação. O direito da propriedade que, afinal de contas, o camponês invoca judicialmente para resistir às tentativas de expropriação é o mesmo direito que o capitalista invoca para expropriar o camponês. [...] É das contradições desse direito, que serve a duas formas de propriedade privada – a familiar e a capitalista – que nascem as interpretações distintas sobre a terra camponesa e a terra capitalista, terra de trabalho e terra de negócio (MARTINS, 1990, p. 16).

Com isso, devido ao processo de constituição do campesinato brasileiro, a violência se perpetuou desde os primórdios dessa dinâmica, se tornando intrínseca à essa formação. Nessa perspectiva, é necessário ressaltar o lugar designado ao camponês durante o desdobrar da história do país: um lugar às margens da

sociedade em desenvolvimento, o lugar de exclusão, exclusão de todas as esferas sociais.

Historicamente, o campesinato brasileiro apresenta episódios brutais de violência: desde a colonização, o regime escravista, no surgimento das repúblicas, passando pela ditadura militar até a atualidade, os povos do campo são constantemente atacados, violentados e dizimados. A exemplo disso, no período colonial tivemos o aniquilamento do maior quilombo da América Latina: Zumbi dos Palmares. No transcorrer do Brasil império e perpassando, também, o período republicano, a história apresenta inúmeros episódios que carregaram o peso de atrocidades irreparáveis nos territórios rurais do país, tais como a Balaiada, que ocorreu entre 1838 e 1841, inicialmente no Maranhão, se estendendo para o Piauí e Ceará, posteriormente. A Cabanagem, no Pará, entre 1835 e 1840. Em 1835 ocorre também a revolta protagonizada por negros escravizados no território baiano.

Ainda no século XIX, um povoado no sertão da Bahia, chamado Belo Monte, liderado por Antônio Conselheiro, foi impiedosamente massacrado pelas forças do exército brasileiro. Tal qual o episódio de Canudos, porém, dessa vez, no Sul do Brasil, a população do Contestado também foi arrasada pelas forças militares entre os anos de 1912 e 1916. Em um pequeno salto histórico, em 1996 destaca-se o massacre de Eldorado do Carajás, que é considerado um dos episódios mais emblemáticos e violentos na história da luta pela terra no Brasil. Todos esses acontecimentos se interligam por terem como palco o campo, além de serem permeados por interesses sociais e políticos, num enredo motivado por intensas desigualdades sociais e a luta contra o poder do Estado, que na insana tentativa de manter o status quo de um país que negligencia as especificidades, as necessidades e as injustiças existentes nessas terras, cria e alimenta uma das maiores chagas do Brasil.

De acordo com o que traz o Atlas da violência no campo (IPEA, 2020, p.10), a Comissão Nacional da Verdade (CNV), em seu relatório final aponta que, durante o período da ditadura militar, pelo menos 8.350 indígenas foram mortos em massacres. Mesmo depois do processo de redemocratização, os ataques à população do campo não cessaram, como prova o Massacre de Eldorado dos

Carajás, em 1996, no sul do Pará, onde 21 trabalhadores rurais foram brutalmente assassinados em uma ação policial que envolveu 155 militares. O atlas da violência no campo (2020) traz que:

Segundo a edição de 2019 de Conflitos no Campo Brasil, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que é publicada desde 1985, os conflitos no campo 16 teriam aumentado 54,5% entre 2010 e 2019, sendo que o aumento entre 2018 e 2019 chegou a preocupantes 23,1%. Estimativas apresentadas pela organização indicam que cerca de 859 mil pessoas estiveram envolvidas no total dos conflitos no último ano, 53,7% a mais que em 2010. A CPT pontuou ainda que “É o maior número [de conflitos] desde que publicamos o caderno [desde 1985]. Foram mais de 100 mil famílias atingidas apenas nos estados da Amazônia Legal em 2019. Dessas, mais de 6 mil foram expulsas ou despejadas de suas terras” (CPT, 2019, p. 7). (IPEA, 2020, p. 11).

Os conflitos e violência nos territórios rurais do Brasil não atingem apenas os pequenos agricultores, trabalhadores e as comunidades originárias, mas também acomete lideranças rurais e religiosas, como Chico Mendes, grande ativista e sindicalista que lutava em prol dos seringueiros da Bacia Amazônica, que foi assassinado em 1988, ou como a missionária Dorothy Stang, morta aos 73 anos, numa emboscada a mando de fazendeiros no estado do Pará, em 2005. E mais recentemente, a morte brutal do indigenista Bruno Pereira e do jornalista inglês Dom Phillipps, no Vale do Javari, na Amazônia, em junho de 2022.

Não podemos imputar a razão da violência no campo apenas a um fator, pois ela progride a partir de diversos aspectos, dentre eles a alta concentração fundiária, a disputa e conflitos pela posse e titularidade de terras, a exploração dos recursos naturais e entre tantos outros fatores (IPEA, 2020, p. 11). Esses acontecimentos não podem ser enxergados de forma dissociada da luta de classes, pois, de um lado se encontram as elites agrárias com fortes interesses políticos, para explorar, sem escrúpulos, a biodiversidade, as riquezas minerais e tantos outros recursos. Do outro lado, encontram-se uma minoria que, segundo Rosa (2021, p.2), “diz respeito muito mais a uma ausência de poder do que quantitativo populacional”, uma minoria que luta pela reforma agrária e pelo direito de exercer

suas pluralidades com dignidade e respeito, sem serem mastigadas pelas presas raivosas do capitalismo e do agronegócio.

Partindo do pressuposto que, em decorrência das afrontas e violências vividas historicamente, os povos do campo precisam de uma frente de resistência para lutar contra as atrocidades vividas e que são tão eminentes, a educação é uma ferramenta imprescindível que passou a ser usada como um caminho para a transformação social. Nesse quesito, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) desponta como referência, trazendo várias matrizes que fundamentam esse novo fazer pedagógico, entre elas, a matriz pedagógica da luta social, que se torna uma das bases da Educação do Campo.

Em visto de todo o histórico de violência e degradação que o povo do campo tem sofrido, faz parte também dos processos históricos a formação de organizações sociais e políticas para lutarem pelo direito de uma distribuição justa da terra, portanto essa luta desenvolveu-se como uma frente de resistência contra a expropriação da terra.

O MST tornou-se, desde a sua fundação oficial, na década de 1980, uma das maiores referências quando se trata de luta pela terra e pela reforma agrária. Todavia, no decorrer das ocupações de terra, nasce também a necessidade de elevar a educação, dentro do movimento, como pauta essencial para efetivação do projeto político e social pelo qual lutavam. Contudo, ficava cada vez mais evidente que essa educação jamais poderia ser a educação elitista e excludente que era oferecida nas escolas regulares do país. Era necessária uma educação que contemplasse as especificidades dos sujeitos que estavam inseridos no contexto dos assentamentos e acampamentos do MST.

Como seria possível dispor de uma educação específica para esse contexto em um país dominado pelo capitalismo? O MST fomentou, então, seus próprios elementos educativos, fazendo com que seus integrantes tivessem acesso a uma educação que dispusesse de formação política adequada, que os engajassem na luta contra o latifúndio e que os instigasse a uma libertação social.

Para nortear o desenvolvimento dessa educação, o Movimento elaborou matrizes que orientam o processo formativo dos educandos. Essas matrizes foram

articuladas a partir das pedagogias produzidas historicamente, formando um rol de oito matrizes: 1) Pedagogia da luta social; 2) Pedagogia da organização coletiva; 3) Pedagogia da Terra; 4) Pedagogia do trabalho e da produção; 5) Pedagogia da cultura; 6) Pedagogia da escolha; 7) Pedagogia da história; 8) Pedagogia da alternância.

7 Para fins dessa pesquisa, nos ateremos aqui apenas a matriz da luta social. Não à toa essa se coloca como a primeira matriz, pois ela é intrínseca ao MST, uma vez que o Movimento se funda na luta pela terra, pois nada é conquistado sem luta, ao mesmo passo em que ela educa os sujeitos em suas vivências. A pedagogia da luta social, que se articula ao fazer educativo do MST, assume uma posição dialética, uma vez que ela coloca em prática a luta contra o capital, ao mesmo tempo em que implica na reflexão e aceitação de se identificar e se reconhecer como um sujeito sem-terra, tendo alcançado ou não o acesso à terra através dessa luta.

Todavia, é necessário reconhecer que a luta travada pelo Movimento dos Trabalhadores é uma tarefa árdua de ser executada, levando em consideração a super assimetria entre as forças em questão, quando a luta se propõe ao afrente constante para a quebra da ordem social e política vigente. Como ressalta Caldart (2000, p. 210):

O que garante a continuidade do Movimento, ou da própria luta, é a sabedoria de enraizar cada ação de ruptura na perspectiva da construção de uma outra ordem, ou de outros parâmetros do olhar da sociedade sobre si mesma. Cada ação precisa fazer pensar e não apenas destruir o que já existe; propor valores e não apenas contestar os que já estão propostos (CALDART, 2000, p. 210).

Portanto, é na luta que se conquista, se educa para uma formação humana e se transforma. Sem ela, sequer existiria Movimento, organização ou mudanças. A luta social que corre nas veias do Movimento é uma das armas principais que pode ser usada no combate aos conflitos agrários quando colocada em simbiose com a educação. Mas não a educação patriarcal, elitista e excludente proposta pelo sistema e sim a educação libertadora e humanista, gestada dentro dos acampamentos e assentamentos do Movimento.

Compreendemos, a partir do exposto, que as lutas sociais colaboraram efetivamente para o avanço do meio rural, com a luta pela terra e, principalmente, com a luta pela emancipação social dos sujeitos do campo. Entendemos como uma forma de ajudar na universalização do conhecimento no meio agrário a inserção da educação de qualidade, que vem respaldada pelos movimentos sociais. Como discorrem Coutinho, Muniz e Nascimento (2012, p. 62).

8

Entende-se que a educação é uma das mediadoras do processo de formação social, particular de cada sociedade, mas que em decorrência da mundialização do capital, da crise e reforma do Estado, do processo de produção flexibilizado, da prevalência da lógica do mercado sobre as relações sociais entre outros, esta tem sido alçada à condição de mercadoria (COUTINHO; MUNIZ; NASCIMENTO, 2012, p. 62).

Apesar de ser uma ferramenta usada no processo de formação humana, a educação se transforma em monopólio das classes dominantes e colabora para a manutenção do status quo da burguesia. O que vem a se chocar com os movimentos sociais que, por sua vez, deveria ser uma utilidade para a manutenção das políticas educacionais do povo campestre, sendo assim, a ferramenta social das classes menos abastadas. Decorrente disso, observamos os conflitos e violência no campo piorarem, pois ajuda na consolidação do conformismo que reflete na marginalização dos sujeitos do campo.

A luta pela terra e pela inclusão social tem uma importante colaboração nos pequenos avanços que podemos perceber hoje. Um bom exemplo disso é a Educação do Campo que compreendemos hoje ser reconhecida como tal e não como Educação Rural. E não termos mais a ideia retrógrada de que o campo é um lugar de atraso, pelo contrário, o campo é um lugar culturalmente vivo e forte em sua essência.

A partir do final dos anos de 1990, o MST junto com outras organizações sociais, engajou-se num movimento nacional por uma educação do campo, com grande mobilização e forte pressão social. Tal mobilização foi capaz, inclusive, de pressionar o Estado por políticas públicas para o campo. Além disso, mudou o foco teórico do debate, com a conceituação Educação do Campo em contraposição a

Educação Rural, avançando na direção de uma educação em sintonia com as populações que vivem e trabalham no campo. (VENDRAMINI, 2009, p. 32).

Em suma, podemos dizer que a Educação do Campo é fruto de muita luta e muito conflito para haver o alcance mínimo dos direitos da população e reduzir o índice de êxodo rural. E foi através da luta social que conseguimos alcançar a melhoria na educação e nas políticas públicas voltadas para a educação do campo, que tendem a refletir no total ou parcial desaparecimentos dos conflitos e violência no campo.

Sabemos que não é algo fácil de se conseguir, pois há o enraizamento da manutenção do sistema produtivista no campo e dos interesses capitalistas, mas que nesse palanque a luta social vem ganhando mais força e reconhecimento com o passar do tempo e com o esforço coletivo.

4 Considerações finais

Os conflitos agrários e a educação do campo têm um grande embate, que perpassa ao longo do tempo. Com a matriz pedagógica das lutas sociais no contexto agrário podemos perceber como foi importante a crescente luta dos movimentos sociais frente aos conflitos no meio campestre. Por sua vez, a educação sendo tratada como um monopólio da sociedade capitalista, feita para excluir aqueles que não estão dentro das classes mais abastadas, tornando os indivíduos do campo marginalizados e entregues à própria sorte. Os movimentos sociais buscam ativamente a redução das desigualdades sociais e a inserção de políticas públicas mais efetivas que ajudem a combater os conflitos e a violência no campo.

O intuito é deixar o conhecimento a serviço da classe trabalhadora e romper com as amarras do sistema capitalista opressor. A busca por uma educação de qualidade reflete na emancipação social e formação humana, tirando os sujeitos do campo do lugar de atraso que a sociedade os designa. A luta como foco tem como recorte principal travar uma batalha com os conflitos, que por sua vez, são de interesses capitalistas.

Finalmente, podemos dizer que a educação é um braço da luta pela transformação social, tendo como horizonte uma sociedade emancipada das garras do sistema opressor burguês, que busca incansavelmente usurpar e conflitar, a fim de obter mais e mais poder. É necessário um olhar mais atento para o total entendimento da luta de classes que acontece nesse meio, levando em consideração o jogo de interesses que permeia os conflitos agrários no Brasil hoje.

Referências

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais do que escolha. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

COUTINHO, Adelaide Ferreira; MUNIZ, Raquel Susana Lobato; NASCIMENTO, Rita de Cássia Gomes. Luta pela terra, criminalização dos movimentos sociais (do campo) e educação. **Aurora**, Marília, v.5, p. 55-68, 2012. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/2363/1923&ved=2ahUKEwi9IbH-ic75AhUFD7kGHbVGBYwQFnoECBAQAQ&usq=AOvVaw31RdB9caC20jyCnbuEdNw4>. Acesso em: 30 ago. 2022.

IPEA. **Relatório Institucional Atlas da violência no campo no Brasil**: condicionantes socioeconômicos e territoriais, Ipea, 2020. Disponível em: 200717_relatorio_institucional_atlas_da_violencia.pdf. Acesso em: 30 ago. 2022.

MARTINS, J. S. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 4. ed. Petrópolis:

ROSA, A. C. “Onde estão os negros?”. **Folha de S. Paulo**. p. A2, 21 jul. 2021. Vozes, 1990.

VENDRAMINI, C. R. A educação do campo na perspectiva do materialismo histórico-dialético. In: COUTINHO, A. F. **Diálogos sobre a questão da Reforma Agrária e as políticas de Educação do campo**. São Luis: Edufma, 2009.

ⁱ **Maria Joiciane Batista Frota**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3017-6379>

Universidade Estadual do Ceará, Centro de Educação, Curso de Pedagogia.

Estudante de Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará. Bolsista de Iniciação Científica do projeto financiado pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP).

Contribuição de autoria: escrita coletiva.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0543710824336512>

E-mail: mariajoiciane24@gmail.com

ii **Marília dos Santos Vidal**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3760-6965>

Universidade Estadual do Ceará, Centro de Educação, Curso de Pedagogia.

Estudante de Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará. Bolsista de Iniciação Científica do projeto financiado pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) e membro do grupo de pesquisa GPOSSHE-UECE.

Contribuição de autoria: Planejamento da pesquisa e elaboração do texto.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6743457158390963>

E-mail: santos.vidal@aluno.uece.br

iii **Maria Aires de Lima**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4463-1691>

Universidade Estadual do Ceará, Centro de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação

Pedagoga pela Universidade Federal do Ceará, Mestra e Doutoranda em Educação pelo Programa de pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará. Pesquisadora do GPOSSHE-UECE.

Contribuição de autoria: planejamento da pesquisa e elaboração do texto.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5288840629811288>

E-mail: maria.aires@aluno.uece.br

Editora responsável: Karla Colares Vasconcelos

Como citar este artigo (ABNT):

FROTA, Maria Joiciane Batista; VIDAL, Marília dos Santos; LIMA, Maria Aires de. Conflitos agrários e Educação do Campo: luta social em foco. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 3, n. 1, 2022.